



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

PROCESSAMENTO E PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ACIRRAMENTO DA CRISE CAPITALISTA

Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo¹

Resumo: O texto refere-se aos resultados da pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-graduados da PUC-SP. O objeto é o processamento da ação profissional nas determinações do capitalismo contemporâneo, explorado a partir da tese da proletarização do trabalho do assistente social. O foco são as condições e as relações de trabalho em que estão inseridos os profissionais nos serviços.

Palavras-chave: Processamento da ação profissional, Crise capitalista, Trabalho em serviços, Precarização, Proletarização do trabalho.

Abstrac: The text refers to the results of the doctoral research carried out in the PUC-SP Postgraduate Program. The object is the processing of professional action in the determinations of contemporary capitalism, explored from the thesis of the proletarianization of the social worker's work. The focus is on the conditions and working relationships that professionals are inserted in the services

Palavras-chave: Processing of professional action, Capitalist crisis, Work in services, Precarization, Proletarianization of labor.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os traços centrais da pesquisa de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-graduados da PUC-SP, no período de agosto de 2014 a março de 2019. A pesquisa tem por objeto o trabalho do assistente social no capitalismo contemporâneo. O foco da análise são as condições e as relações de trabalho nos distintos espaços ocupacionais que formam o mercado de trabalho profissional nas áreas da assistência social, saúde, educação e do sociojurídico na cidade de Teófilo Otoni (MG).

Nesses termos, considera-se, a partir de Antunes (2018), a hipótese de que o trabalho do Assistente social assume a forma da proletarização a partir de suas condições e relações de trabalho, sendo objetivado nas modalidades de contratação da força de trabalho com contratos temporários e precários, nas jornadas mais intensas e com exigência de significativo emprego de energias físicas e emocionais, nos salários

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: mariaangelinacarvalho@uol.com.br.

baixíssimos, quase equivalentes a um salário mínimo, nas novas exigências de controle na gestão por metas. São processos que se movem dinamicamente e historicamente no mundo do capital e nos seus novos mecanismos de submissão e reprodução da força humana de trabalho.

Desse modo, consideramos a categoria *precarização* como determinação central à análise. Por isso, *precarização* é tomada na inter-relação com as categorias *informalidade*, *intensificação* e *protelarização*, como dimensões do mundo do trabalho sob a hegemonia do capital financeiro, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva que atingem todos os trabalhadores

A exposição consta de 1) A tese do processamento e proletarização do trabalho do assistente social. 2) O processamento e as expressões da proletarização do trabalho do assistente social no município de Teófilo Otoni – MG. 3) Considerações finais.

1. A TESE DO PROCESSAMENTO E PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A tese da proletarização do trabalho do Assistente social apresenta-se como uma forma de explorar o processamento do trabalho do Assistente social no âmbito das condições e das relações de trabalho no contexto das configurações que se abrem com o acirramento da crise capitalista, a partir de 2008, e suas incidências na sociedade brasileira, no mundo do trabalho, nas políticas sociais e nos direitos.

O pressuposto é que o processo da crise capitalista introduz um conjunto de novas mediações à realização do trabalho profissional. Esse pressuposto está posto pela hegemonia do capital financeiro, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva; o que modifica profundamente o mundo do trabalho e a sociabilidade. Esses processos atingem o Serviço Social no acirramento da “*questão social*” e no engendramento de novas demandas sociais das classes, colocando novas e velhas requisições profissionais, modificando as condições em que se realiza esse trabalho nos termos das modalidades de contratação da força de trabalho do Assistente social e na forma de sua realização. O que se expressa no estabelecimento de um contrato de trabalho, na jornada, no salário, no controle e na intensidade do trabalho – caracterizando as funções e as atribuições profissionais no mercado de trabalho.

Entendo por processamento da ação profissional, ancorada em Iamamoto (2008a, 2012), a forma com que se efetiva e se expressa o trabalho concreto, útil, realizado pelo Assistente social, determinado pelo reino social do valor de troca por meio do assalariamento. Assim, o trabalho profissional se efetiva por meio de diversas atividades, funções e atribuições institucionais – se efetivando no campo tenso e

contraditório das demandas sociais das classes que disputam a direção social estratégica dessa especialização do trabalho coletivo no cotidiano de sua efetivação via prestação de serviços. Mas só se efetiva nas condições e nas relações de trabalho impostas pelo capital enquanto relação social de produção e reprodução. Nesses termos, é a síntese da forma como o Assistente social responde as necessidades sociais e, simultaneamente se reproduz como trabalhador assalariado. Em outros termos, o trabalho incorpora o processamento, ou seja, o trabalho em ação é o processamento.

Partimos da hipótese de que novas condições e relações de trabalho são configuradas, cuja tendência, ao nosso juízo, é de uma intensa precarização (Antunes, 2018), com registro de *mais trabalho* (Dal Rosso, 2008), com ritmos mais intensos de exploração e de alienação do sujeito que trabalha. Ao passo que paulatinamente se efetiva a incorporação das mesmas modalidades de consumo da força de trabalho profissional do mundo produtivo, como condições precárias, e insalubres de trabalho, rotinas mais extensas, exigência de certa produtividade, baixíssimos salários, instabilidade, subcontratações, ou, em uma palavra, um segmento da classe trabalhadora que caminha para o mais intenso empobrecimento, percebido amplamente nas condições objetivas e subjetivas de trabalho e de vida. Esse processo é para nós a expressão da proletarização do Serviço Social, colocada em todas as esferas de reprodução dessa força de trabalho, uma vez que se impõem não apenas novas rotinas de trabalho, mas também condições cada vez mais precárias e desumanas de reprodução dessa força de trabalho.

As condições materiais ou, como destaca Iamamoto (2008a), os meios necessários à realização do trabalho profissional são precários, insalubres, escassos, insanos – o que pode ser associado a uma condição salarial extremamente baixa, quase o equivalente a um salário mínimo, além de processos mais intensos de trabalho, sendo exigidos pela instituição ritmos que demandam maior emprego de força física, psíquica, emocional ou, como define Dal Rosso (2008, p. 23), a exigência de um “grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais”, que sugiro conceber o processo de realização do trabalho do assistente social na atualidade, como proletarização.

O que é impulsionado pelo acirramento da crise capitalista contemporânea e de suas incidências no mundo do trabalho. Para expor teoricamente a pauperização das condições de trabalho do profissional em graus tão acentuados, deve-se diferenciar essa força de trabalho dos proletariados dos primórdios do capitalismo, como lembra Antunes (2018). Para o autor, a proletarização deve ser tomada em seu sentido amplo,

como forma de caracterizar os trabalhadores assalariados mais empobrecidos que o capitalismo continuamente produz.

Convém destacar que proletarização, de acordo com o dicionário Houaiss, significa o ato ou efeito de proletarizar-se. Etimologicamente essa expressão vem do latim *proles*, ou seja, cidadão de baixo poder aquisitivo, classe empobrecida. Nessa linha de argumentação, Antunes (2018) elucida que é correto utilizar a expressão proletarização para os trabalhadores de serviços pelas novas modalidades de utilização dessa força de trabalho, marcada pelos processos constantes de estabelecimento de rotinas e controle do trabalho com vistas a uma maior produtividade, com sérias consequências para a subjetividade e para a qualidade de vida dos trabalhadores, produzindo, além da sobrecarga de trabalho, adoecimentos constantes. Para o nosso autor, esse é um modo de proletarização do trabalho, no qual a precarização total tem sido a expressão global do mundo do trabalho. Acrescentamos que não podemos esquecer que a expressão *prole* originalmente diz respeito a um conjunto de descendentes de um casal, sempre numeroso e em condições precárias de vida. Ou seja, uma família com muitos e com poucas condições para mantê-los. Nessa ótica, Antunes (2018) destaca que apenas uma pequena diferença pode se registrar nessa acepção, o fato de que o trabalhador/a de serviços não tem condições hoje de construir uma prole tão numerosa como nos primórdios do capitalismo. O que é determinada pelas novas modalidades de trabalho a que são submetidos os trabalhadores, como a incerteza permanente se haverá ou não emprego da sua força de trabalho e, se houver, as condições são do trabalho temporário, terceirizado e sem estabilidade e que não permite ao/à trabalhador/a planejar a vida reprodutiva.

Chegar a essas conclusões parciais acerca do processo de realização do trabalho do assistente social na contemporaneidade foi um processo em movimento, tanto que a possibilidade de uma aproximação ao processamento do trabalho do Assistente social foi conduzida tendo em vista os estudos sobre as mudanças do mundo do trabalho. Autores como Antunes (2008, 2018), vêm descortinando tais alterações, a fim de caracterizar o trabalho que domina o tempo presente, cuja tendência é a de um mundo precário em escala global, com o crescimento expressivo do trabalho em serviços como manifestação do movimento da reestruturação produtiva no circuito da hegemonia do neoliberalismo em tempos de crise estrutural do capitalismo e da predominância do capital financeiro. Como partes constitutivas do mundo do trabalho, estão presentes, como destaca Antunes (2018), a informalidade e a imaterialidade. A informalidade enquanto novas mediações processadoras de contratação e regulamentação da força do trabalho, uma das estratégias de condução à precarização,

à intensificação e a proletarização do trabalho. A imaterialidade, enquanto traço de uma das tendências do capitalismo contemporâneo (de uma maior intelectualização do trabalho), engendra um novo segmento do proletariado de serviços. Com esse advento, ou com aquilo que o autor denomina de industrialização dos serviços, a classe trabalhadora se amplia no vasto leque de assalariados improdutivos que vivem em situações de vida e de trabalho com

clara similitude com aquelas experimentadas pelos trabalhadores produtivas/as[...] portanto, a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX. (ANTUNES, 2018, p. 89)

Essa nova morfologia do trabalho reconfigura a classe-que-vive-do-trabalho em trabalhadores precários, parciais, temporários, subempregados, informais e desempregados. É nesse mundo do trabalho, no mundo do trabalho comandado pelo capital, que a análise do processamento do trabalho do Assistente social se desenvolve, conforme concebe Raichelis (2018), em sua “nova morfologia do trabalho no Serviço Social”. Essa nova morfologia expressa não apenas a condição de trabalhador do Assistente social, como a introdução das novas mediações de reprodução dessa força de trabalho especializada no mercado.

Assim, a categoria precarização assume centralidade na análise do processamento do trabalho na sua inter-relação com as categorias *informalidade*, *intensificação* e *proletarização*. A utilização dessas categorias não é aleatória, pois considera o trabalho na sua materialidade e imaterialidade (Cf. DAL ROSSO, 2008; ANTUNES, 2018) como uma das características fulcrais do capitalismo contemporâneo. O que para Dal Rosso (2008, p. 29) é a expressão de características distintas de outras épocas. “Entre elas, sobressaem os fatos de que o emprego está cada vez mais concentrado em atividades de serviços e que componentes da imaterialidade transformam o trabalho industrial”. Os serviços e a natureza deste trabalho são polêmicos, remetem ao debate do trabalho produtivo e improdutivo em Marx, o que não é consenso inclusive na própria tradição marxista. Para Rubin (1987, p. 277), o debate do trabalho produtivo “está cheio de desacordos e confusão conceitual [...] entre marxistas como entre estes e seus adversários”. No entanto, nos adverte Iamamoto:

no âmbito dos serviços, a produção capitalista era reduzida a um grau mínimo na época de Marx, apresentando-se, de modo muito limitado, quando comparada com a produção material, algo distinto do que ocorre na atualidade com o crescimento dos serviços sob a órbita do capital. (IAMAMOTO, 2008a, p. 87)

Contudo, esse debate, como lembra Iamamoto (2008a), não pode ser realizado separadamente da existência do seu prestador, ou seja, do trabalhador, pois “a produtividade do capital é a expressão da força produtiva social do trabalho e das

condições de seu desenvolvimento, que aparecem como obra do capital contra o trabalhador” (IAMAMOTO, 2008a, p. 72). Acrescenta a autora que, com “o caráter cooperativo do trabalho e o produto comum de um trabalhador coletivo, amplia-se, por um lado, a noção de trabalho produtivo e de seu portador” (IAMAMOTO, 2008a, p. 73).

Nesse sentido, o Serviço Social enquanto profissão de serviços, ou participante do mundo capitalista dos serviços, é concebido como parte do trabalhador coletivo. Os serviços comportam tanto os trabalhadores produtivos como os improdutivos, independentemente da materialidade do produto - considerando que o resultado final ou o seu produto é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo. Essa concepção de trabalho cooperado, combinado e coletivo está presente tanto em Iamamoto (2008a), como em Antunes (2008, 2018). Desse modo, o Assistente social, como membro do trabalhador coletivo, é um sujeito profissional que está submetido a todas as mudanças que envolvem o processo de compra e venda da força de trabalho.

A precarização do trabalho como regra (ANTUNES, 2018) é a expressão de um processo que se acentua sob a égide da acumulação flexível, que rompe com a lógica de empregos estáveis e com direitos sociais e trabalhistas. Enquanto processo, a precarização se manifesta em todas as dimensões do mercado de trabalho, assume feições na informalidade, na intensificação, na terceirização, na sonegação dos direitos dos trabalhadores e no aniquilamento de condições mínimas e civilizatórias necessárias à realização do trabalho nesta sociedade.

Raichelis (2018) considera que o Serviço Social, enquanto um trabalho em serviços, é uma expressão do trabalho coletivo social na sociedade do capital, que, por sua vez, tanto nos espaços públicos como privados, “se observa a maior e mais ampla precarização e intensificação do trabalho, cujas atividades são mais desvalorizadas, com valor agregado menor e mais baixos salários” (RAICHELIS, 2018, p. 59). Ao mesmo tempo, e como parte desse processo, os Assistentes sociais presenciam assédio moral, desgaste mental, sofrimentos e adoecimentos oriundos das novas formas de gestão e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. O Assistente social sofre todos os impactos do mundo do trabalho e de suas metamorfoses que degradam a cada dia o trabalho assalariado.

Sobre a questão do assalariamento como núcleo central à análise do trabalho do Serviço Social, no marco do projeto ético-político, é necessário, como elucida Iamamoto (2008a, p. 417), considerar as determinações da dupla dimensão que assume o trabalho na órbita do capital – do trabalho concreto e abstrato, assim como

Romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do Assistente social como vieses ora fatalistas, ora messiânicos tal como se constata no cotidiano profissional [...]. As primeiras superestimam a força e a lógica do comando do capital no processo de (re)produção, submergindo a possibilidade

dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades. Com sinal trocado, no viés voluntarista, a tendência é salientar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão, deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional, que passa ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *scritto sensu*. (IAMAMOTO, 2008a, p. 417).

Desse modo, o tema do processamento do trabalho do Assistente social, de reconhecida importância para a categoria profissional, tem sido objeto de estudo e de debate no universo do Serviço Social. No entanto, torna-se um desafio permanente avançar em leituras do trabalho do Assistente social no seu cotidiano, nos distintos espaços ocupacionais que tome por objeto o conjunto de atividades, as ações e tarefas executadas pelos profissionais diariamente como expressão do trabalho concreto e do trabalho abstrato. Elementos que lamamoto (2008a) vem colocando como necessários à leitura da profissão em tempos de privatização do Estado, do desmonte das políticas públicas, do acirramento da “*questão social*”, da flexibilização da legislação protetora do trabalho – tempos esses em que, como lembra a autora, a sociabilidade sob a hegemonia do capital conduz de forma acentuada a invisibilidade do trabalho e a radicalização da alienação.

Para compreender as expressões da proletarização como tendência no mercado de trabalho do Assistente social, apoiada em lamamoto (2009b, 2008a), concebo os espaços ocupacionais de naturezas diversas, formados por diferentes empregadores, e que passam a delinear as funções, as atribuições e as formas de contratação e consumo da força de trabalho profissional interferindo no “processamento do trabalho concreto cotidiano e seu significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregna essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2008a, p. 40). É importante frisar que os espaços ocupacionais têm raízes nos processos sociais da acumulação capitalista e de suas novas exigências e necessidades. Os espaços ocupacionais “refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção [...] que potencializam a produtividade e a intensificação do trabalho”. (IAMAMOTO, 2009b, p. 343).

2. O PROCESSAMENTO E AS EXPRESSÕES DA PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI – MG.

A análise do processamento do trabalho do Assistente social em suas relações e condições de trabalho, teve por base empírica o mercado de trabalho no município de Teófilo Otoni, no nordeste do estado de Minas Gerais. Teófilo Otoni está localizada no Vale do Mucuri, estabelecendo fronteiras com o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Rio

Doce. O mercado de trabalho e a geopolítica econômica e cultural da região, onde atuam os Assistentes sociais, estão inseridos na moldura das particularidades que envolvem tanto o mundo do trabalho como as configurações do capitalismo brasileiro. É a partir dessa determinação que os trabalhadores Assistentes sociais se constituem e se posicionam na divisão do trabalho no município, na processualidade que envolvem tanto aspectos históricos como contemporâneos na ciranda da produção e da reprodução social.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, do estado de Minas Gerais, a taxa de urbanização do município de Teófilo Otoni, até o ano de 2017, era de 84,47%, o que sugere que a população rural pode ser estimada em 15,53%. De acordo com o IBGE, no ano de 2016 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos, e a população ocupada total era de 19,4%, ocupando, entre os municípios de Minas Gerais, a posição de 853º lugar – na microrregião a de 13º, e no país a de 5570º. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa representavam 38,1% do total. Registra-se ainda 77,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, indicando que 22,9% da população ainda não dispõe desse serviço.

O número de empregados no setor formal, considerando a população na faixa etária de 16 a 64 anos é de 26,10%, ou seja, inferior a 30% da população. Os dados da Fundação revelam ainda que o número de empregados formais no setor de atividades primárias, no qual uma pessoa pode ocupar mais de um posto de trabalho, é de 875 pessoas. Nesse contexto registra-se que no setor formal da indústria extrativa mineral os números de trabalhadores são de 45 pessoas; nos serviços industriais de utilidade pública, 458, indústria da construção civil, 1.859 e no comércio, 8.816. Os empregos do setor formal se concentram no trabalho em serviços, atingindo o quantitativo de 12.594 vagas. O rendimento médio per capita no setor formal chega a R\$ 317,22. O percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação é de 5,15%. E o percentual de pessoas que não sabem ler e escrever é de 2,27%.

Esses dados são alguns dos indicadores que nos ajudam a construir e a reconstruir teoricamente o Vale do Mucuri e o município de Teófilo Otoni em seu processo de constituição e desenvolvimento. O que obviamente não está deslocado da trama das relações sociais capitalistas e de seus processos particulares em cada região global, especialmente intensificados nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, combinando o forte cariz conservador no plano político cultural das elites locais e, simultaneamente, a incorporação das relações sociais modernas de exploração da força de trabalho em vigor no mundo do trabalho. Percebe-se que Teófilo Otoni não foge à regra, como expressado nos indicadores sociais de disparidade econômica, política e

cultural, e que certamente se expressam nas discriminações étnico-raciais e de gênero, na defesa do meio ambiente, nas expressões culturais etc, reunindo todos os conflitos que as relações sociais baseadas na exploração da força de trabalho são capazes de gerar. É nesse universo que se constitui um mercado de trabalho para os Assistentes sociais, considerado relativamente jovem em sua expansão na região, dada da segunda metade da década de 2000.

Identificou-se que o mercado de trabalho do Assistente social no município de Teófilo Otoni - MG é constituído por 103 profissionais e 44 espaços socio-ocupacionais, nas áreas da Assistência Social, assessoria e consultoria, educação, Previdência Social, saúde e sociojurídico. Os agentes empregadores na sua maioria são do setor público, o que corresponde 77% do mercado de trabalho, cuja maior concentração dos espaços e vagas de emprego está na Prefeitura Municipal; os outros 23% estão em instituições privadas (7,6%) e instituições filantrópicas (15,4%). Dos 103 Assistentes sociais, apenas 47 participam (45,7%) da pesquisa, na sua grande maioria trabalhadores da área da Assistência Social – que é também a área com maior número de vagas de emprego no município.

Quanto o perfil sociocultural que configura dos assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho destaca-se a predominância do gênero feminino (89,4%), verificou-se que 34% dos participantes se concentram na faixa etária que vai de 34 a 38 anos. Com relação à pertença étnico-racial, a maioria, 48,9% declaram ser parda. A modalidade de graduação em Serviço Social, 89,4% obtiveram de forma presencial e em instituições privadas (76,6%), cujo ano de formação está concentrado na década de 2000 (72,3%). É possível identificar que 83% possuem pós-graduação *lato sensu* com destaque para a área da gestão social. Quanto as condições de trabalho 70,2% são contratos temporários estabelecidos para o período de 12 meses. Nos chama atenção que 78,8% dos profissionais não possuem acesso à linha telefônica nos seus espaços de trabalho. Quanto as instalações físicas, 57% divide a sala com outros profissionais.

Nesse universo, nos chamou a atenção a discrepância da questão salarial entre as áreas. Os salários altos estão entre os técnicos do Ministério Público, docentes na Universidade Federal e no INSS, embora, no caso deste último espaço, não represente o salário base, e sim o seu incremento pelas incorporações e lógica de produtividade. Essa disparidade salarial, que pode chegar a quase dez salários mínimos, mostra-se relativamente alta se considerarmos que os trabalhadores da política de Assistência Social e saúde recebem praticamente o salário mínimo em vigor. Essas discrepâncias expõem um mercado de trabalho em sua condição salarial heterogênea e complexa, criando uma espécie de “elite” dos trabalhadores no mercado. Nos parece que a política

de Assistência Social se torna o emprego, para usar uma expressão de Sposati², “a prima pobre” do mercado, embora se observe que todos os trabalhos estejam amplamente conectados e, em alguns casos, dependente dessa área setorial; justamente onde estão as piores remunerações e a maior possibilidade de tensionamento da relativa autonomia profissional, com maior pressão e controle do empregador sob o trabalho, dada a sua modalidade de contratação por meio de contratos temporários de trabalho.

No decorrer dos depoimentos colhidos, observou-se que a tendência de contratos temporários e as subcontratações realizadas pelo mesmo empregador – direcionado a atividade para outros serviços sociais, dentro da própria área setorial – tendência latente, também, na política de Assistência Social. Identificou-se ainda a contratação do profissional para ocupar a função de coordenação do serviço e para exercer a função de Assistente social. Formas de burlar a legislação e economizar na contratação de trabalhadores, acentuando o traço da precarização na profissão. O que passa a ser presenciado no cotidiano da sua reprodução no mercado. Além disso, é possível observar o número reduzido de profissionais concursados, com vínculo mais estável e duradouro no mercado.

Frente a esses aspectos, identifico a informalidade do trabalho, mediante a ruptura com laços formais de contratação e regulação da forma de trabalho, conforme concebe Antunes (2018), embora relatem os profissionais receberem o pagamento do décimo terceiro salário e o direito a férias remuneradas, mesmo assim, a informalidade não deixa de ser um lastro presente no mercado de trabalho que emprega os Assistentes sociais, como tendência. O que é determinado pela contratação temporária de 12 meses.

Outro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito ao Ministério Público, com o encerramento de concurso público para a equipe técnica da instituição onde localiza-se o Serviço Social. O que indica, de um lado, uma sobrecarga de trabalho para os trabalhadores que permanecerem até a sua aposentadoria, apontando para uma possível forma de terceirização da força de trabalho num futuro próximo. Processo que sem dúvida envolve muitos desafios; conforme vem revelando Antunes (2018), tal fato se dá como uma espécie de regra para o mundo do trabalho. De outro lado, identificou-se no INSS já um movimento da instituição de “sedução” de seus trabalhadores para a adesão ao teletrabalho e/ou *home office*, o que tende a envolver o Serviço Social nesse

² Refiro-me aqui à produção da professora Aldaíza Sposati sobre a política de Assistência Social no âmbito da seguridade pública brasileira, no contexto dos embates e resistências ao reconhecimento da Assistência Social enquanto política de Seguridade Social.

espaço ocupacional, visto que se destina para todos os servidores. O que está associado a uma utilização mais intensa da tecnologia da informação e à maior fragmentação dos processos de trabalho. Sobre o processo de produção de mercadorias em seu sentido amplo, Antunes (2018) destaca que fica evidente a sua metamorfose a partir da introdução do universo informacional-digital, mostrando mais uma vez que, para tal, é imprescindível o emprego da força humana de trabalho, bem entendido, em escala mais reduzida e precária. Por isso, adverte o autor que, para se pensar a classe trabalhadora hoje, deve-se englobar a totalidade dos assalariados, que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, observou-se que, entre as principais requisições profissionais, está o atendimento emergencial às demandas sociais e o encaminhamento da população usuária para a rede de atendimento. Uma rede que é deficitária e carente de investimento e de financiamento público, expressando a própria precariedade da política social. Ao mesmo tempo em se observa que o atendimento mais pontual às demandas sociais é determinado por um fluxo mais intenso de requisições tanto do usuário quanto da instituição – o que sufoca ainda mais o trabalho e impossibilita que frentes de trabalho direcionado ao processo de reorganização e educação popular se mostre quase inexistente para além daquelas institucionalidades do empregador. Ao mesmo tempo, outras requisições, como as burocráticas, se tornam mais frequentes no cotidiano profissional. O que também é facilitado pela sobrecarga de tarefas e atividades, além do escasso recurso humano para operacionalizar o trabalho.

Vale considerar que as mudanças no mundo do trabalho e suas manifestações no mercado profissional, além de precarizarem e intensificarem os processos de trabalho, interferindo nos resultados, também provocam adoecimentos e estresses nos trabalhadores, atingindo a sua saúde física e psíquica -, processos também identificados na pesquisa.

É possível constatar que a jornada de trabalho, em seus componentes de duração e intensidade, nos termos de Dal Rosso (2008), embora se registre uma carga de 30 e 40 horas de trabalho, tende a ser sobrecarregada de atividade e tarefas a serem cumpridas. Nesse bojo, a questão da presença de mais de um vínculo de trabalho ou função leva os profissionais a realizarem até 50 horas semanais. São condições objetivas para elevar a renda mensal. É importante destacar que muitos profissionais

identificaram a proletarização do trabalho nas suas condições salariais e nas precárias condições de infraestrutura, o que impacta diretamente no processamento do trabalho no tempo presente de “devastação do trabalho” (ANTUNES, 2018).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13 ed. rev. e ampliada. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François, O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.) *A finança mundializada: raízes e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. In: Revista Em Pauta. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21. Rio de Janeiro, 2008b.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do Assistente social em questão*. 1ª edição ampliada. Brasília, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; V. ALBUQUERQUE (Orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, 2018.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria do valor*. Editora Polis: São Paulo, 1987.